



**Memória da cidade, de *buzzword* a conceito em mutação**  
***City memory, from buzzword to a mutating concept***  
***Memoria de la ciudad, de buzzword a concepto en mutación***

**JAYO, Martin**

Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais,  
Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo, Brasil.  
martin.jayo@usp.br  
ORCID ID : 0000-0002-0241-9687

Recebido em 22/03/2022 Aceito em 08/09/2022



## Resumo

Este breve ensaio discute os sentidos que têm sido atribuídos, sobretudo desde fins do século XX, à expressão “memória da cidade”, ou “memória urbana”, e apresenta alguns elementos para uma possível conceitualização teórica desse tipo de memória. Aponta que o conceito de memória da cidade, ainda em construção, deve levar em conta os efeitos da digitalização da sociedade sobre o modo como os indivíduos interagem entre si e com o espaço urbano na construção de memória coletiva.

**Palavras-Chave:** memória coletiva, cidade, local, lugares de memória.

## Abstract

*This brief essay discusses the meanings attributed mainly since the end of the 20th century to the expression “city memory” or “urban memory”, and presents some elements for one possible theoretical conceptualization of this kind of memory. It points out that the concept of city memory, still under construction, must take into account the effects of the digitization of society on the way individuals interact with each other and with urban space in the construction of collective memory.*

**Key-Words:** *collective memory, city, place, memory sites.*

## Resumen

*Este breve ensayo discute los sentidos que se le han atribuido, sobretudo desde fines del siglo XX, a la expresión “memoria de la ciudad”, o “memoria urbana”, y apunta algunos elementos para una posible conceitualización teórica de ese tipo de memoria. Señala que el concepto de memoria de la ciudad, aún en construcción, debe tener en cuenta los efectos de la digitalización de la sociedad sobre el modo como los individuos interactúan entre sí y con el espacio urbano en la construcción de la memoria colectiva.*

**Palabras clave:** *memoria colectiva, ciudad, lugar, sitios de memoria.*



## 1. Introdução

*Buzzword* é um vocábulo inglês de difícil tradução. Costuma ser traduzido livremente como “palavra da moda”, mas seu sentido vai além disso. Mais do que apenas estar na moda, a *buzzword* é uma palavra ou expressão em geral nova, que se populariza de forma rápida. Muitas vezes tem origem no jargão técnico ou acadêmico de alguma disciplina ou área de conhecimento. Mas, repetidamente empregada no cotidiano com excitação e burburinho, tende a tornar-se rapidamente um chavão esvaziado de sentido.

“Memória da cidade”, ou “memória urbana”, é em certa medida uma *buzzword*. A ideia de que as cidades podem “ter” memória parece remontar à década de 1960, na teoria da Arquitetura, quando o arquiteto italiano Aldo Rossi, em seu hoje clássico livro *A Arquitetura da Cidade*, fazendo referência à noção de memória coletiva proposta pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), propôs que “a cidade é o lócus da memória coletiva” (ROSSI, 1982, p. 226)<sup>1</sup>. Ou talvez remonte à década de 1910, na literatura, quando Marcel Proust, em *No caminho de Swann*, primeiro volume de *Em Busca do Tempo Perdido*, ilustrou a capacidade que certas estruturas urbanas têm de projetar-nos no passado, desencadeando atos de lembrança muitas vezes involuntários, e criando uma sensação de permanência do passado (PROUST, 2016; PY, 2016). Há ainda diversos outros autores que têm relacionado memória e cidade de diferentes formas, alguns dos quais mencionaremos adiante.

Mas foi sobretudo no debate coloquial, como registra o geógrafo brasileiro Maurício de Almeida Abreu (1998), que o emprego dos termos “memória da cidade” e “memória urbana” ganhou mais força, difundindo-se no final do século XX. Esta noção aparentemente antropomórfica, que concede às cidades uma capacidade que ao menos à primeira vista deveria ser das pessoas ou grupos que a habitam, ganhou assim traços de chavão ou lugar-comum. Nosso propósito, aqui, é discutir e problematizar o que poderia ser considerado a “memória da cidade” do ponto de vista teórico. A atenção e os usos que a expressão tem ganhado no senso comum e em alguns textos acadêmicos, e um possível caminho para a construção e discussão de um conceito de memória da cidade, são objeto das seções a seguir.

## 2. A *buzzword* em ação

Alejandro Baer, sociólogo estudioso da memória do Holocausto, afirma que “cultura da memória é um termo que define uma época, a nossa, em que o passado ganhou um protagonismo sem precedentes” (BAER, 2010, p. 131). Gilda Waldman-Mitnick (2006) complementa, ao afirmar que a emergência da memória como preocupação cultural e política é uma tendência de escala global, que atravessa os mais diversos espaços geográficos.

Com efeito, desde aproximadamente o último cartel do século XX, as sociedades sobretudo ocidentais passaram a cultuar ou comemorar o passado com uma intensidade inédita: cada vez mais se fala em disputas e em deveres de memória, reverenciam-se heranças patrimoniais materiais e imateriais, valoriza-se a cultura *vintage*, e cultivam-se (ou até mesmo inventam-se) velhas tradições. Ao descrever esse fenômeno, Andreas Huyssen (2002) afirma que a memória se tornou verdadeira obsessão cultural. Régine Robin (2016) chega a falar em uma cacofonia de discursos de memória, em uma “memória saturada”.

Em *História e Memória*, Jacques Le Goff (1994) oferece uma possível explicação para essa forte tendência atual de culto ao passado. Para o historiador francês, o final do século XX encerrou uma era de otimismo e fé no futuro, inaugurada cerca de duzentos anos antes pelo Iluminismo. O pensamento iluminista de fins do século XVIII fundou uma crença no progresso da humanidade, que pautou o

<sup>1</sup> Optou-se pela tradução livre ao português em todas as citações diretas de textos em outras línguas.



pensamento ocidental durante todo o século XIX e boa parte do XX. Nessa visão de mundo o futuro seria sempre melhor, o antigo sendo sinônimo de superado, ultrapassado. Reverenciar o passado era, portanto, uma atitude desestimulada.

No século XX, como observa ainda Le Goff, uma sequência de acontecimentos traumáticos veio arrefecer essa fé iluminista. Duas guerras mundiais, o Holocausto, a bomba atômica, a Guerra Fria, a descoberta dos desafios globais de ordem ambiental, a tomada de consciência da humanidade acerca da sua capacidade de autodestruição, estão entre os elementos que acabaram por minar aquela ilimitada fé no futuro e crença no progresso, sugerindo que, ao contrário do que se pensou durante duzentos anos, a humanidade ruma para um futuro incerto e não necessariamente melhor. Isso explica ao menos em parte a forma como, culturalmente, passamos a olhar o passado: o sentimento nostálgico deixou de ser reacionário.

Esse padrão, marcado pela prevalência de uma fé irrestrita no futuro e posterior valorização ou desejo de resgate do passado, tem se refletido na agenda urbana. Foi afinal em plena vigência do paradigma iluminista que as grandes cidades ocidentais se desenvolveram, e isso explicaria o pouco apego a heranças patrimoniais historicamente demonstrado nelas. “Por trás de cada planificação urbana e de cada projeto arquitetônico estava a crença utópica de que a sociedade estava progredindo em direção a um futuro melhor”, explica, em sintonia com Le Goff, a urbanista e historiadora urbana M. Christine Boyer (1998, p. 11). Disso resultou um padrão de desenvolvimento pelo qual muitas cidades cresceram desprezando suas heranças materiais de tempos anteriores. Para Maurício Abreu, as cidades conheceram “um longo período em que só se cultuava o que era novo, um período que resultou num ataque constante e sistemático a heranças vindas de tempos antigos” (ABREU, 1998, p. 5).

A isso se somam os efeitos de tensões derivadas do processo de globalização. De um lado, avanços tecnológicos e a globalização econômica têm propiciado um modelo de sociedade cada vez mais global, interconectada, tendente à homogeneização. De outro, essa tendência faz surgirem reações no campo da cultura (ROBERTSON, 2000; LOURENÇO, 2014), as quais incluem movimentos de valorização das identidades e do passado local, enquanto elemento de singularidade (HUYSEN, 2002; WALDMAN-MITNICK, 2006; BAER, 2010).

Em meio a esses processos, e como efeito deles, o fato é que nas cidades ao redor do mundo, como registra Mark Crimson (2005), “nunca antes houve tantas associações, sociedades de preservação, genealogistas, museus, historiadores amadores e profissionais, áreas de conservação e edifícios tombados” (CRIMSON, 2005, p. xi). Processo semelhante é apontado no Brasil, onde “o cotidiano urbano [...] vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado” (ABREU, 1998, p. 5).

A justificativa para tais discursos, ressalta Abreu, é sempre a necessidade de preservar a memória urbana ou a memória da cidade, dois termos “imprecisos” (ABREU, 1998, p. 18), que não encontram nesses mesmos discursos cotidianos uma definição. O uso cada vez mais frequente e o sentido impreciso conferem a eles, pode-se dizer, o seu caráter de *buzzword*.

Até mesmo em textos científicos há quem observe, como faz Mark Crimson, que a expressão memória urbana ou da cidade costuma com certa frequência ser “apropriada acriticamente e de forma não teorizada” (CRIMSON, 2005, p. xii). Sendo verdadeira, a constatação pode indicar a chegada da *buzzword* inclusive ao debate acadêmico.

Com efeito, ainda que algumas definições ou tentativas de definição possam ser encontradas, elas não parecem ser convincentes em apontar características particulares, específicas, desse tipo de memória. Ringas, Christopoulo e Stefanidakis (2011), por exemplo, afirmam que a memória urbana pode ser vista como uma expressão de memória coletiva moldada em determinado tempo dentro de dado espaço, expressando relações entre o passado e o presente desse espaço – algo não muito



diferente do que o próprio Maurice Halbwachs, no capítulo IV de seu clássico *A Memória Coletiva*, estabeleceu como sendo a relação entre a memória coletiva e o espaço, ao afirmar que “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWACHS, 1990: 141). De forma semelhante, para Wang (2016), “a memória urbana é definida como a memória coletiva registrada durante a formação, mudança e desenvolvimento urbano, que, tendo as pessoas como protagonistas, reconstrói dinamicamente a cognição e a memória da história da cidade” (WANG, 2016, p. 3). A mesma autora dirá, em outra passagem, que “memória urbana é o sentimento coletivo<sup>2</sup> a respeito da formação, mudança e desenvolvimento de uma cidade” (p. 237). Novamente não são apontados com precisão atributos que sejam específicos da memória dita urbana ou da cidade, e que possam diferenciá-la de outras formas de memória social ou coletiva ancoradas em relações espaciais.

Ainda assim, como observa Abreu (1998), “apesar das imprecisões, o fato é que é que os termos ‘memória urbana’ e ‘memória da cidade’ vingaram” (ABREU, 1998, p. 17), o que justifica que se dedique a eles algum esforço de conceituação.

### 3. De *buzzword* a conceito

O fato de memória urbana ou da cidade ter-se tornado uma *buzzword*, empregada no cotidiano (e por vezes até mesmo em textos acadêmicos, como mencionado), não significa que não haja uma comunidade de autores, ainda que pequena, que têm contribuído para discutir o tema conceitualmente. Merecem menção os já citados Rossi (1982), Boyer (1998) e Crimson (2005). No Brasil, o assunto foi tema de reflexões de Sandra Jatahy Pesavento (2007) e de Maurício de Almeida Abreu (1998). Em parte com base em discussões presentes nesses autores, procuraremos aqui apontar um possível caminho para avançarmos na conceituação de “memória da cidade” ou “memória urbana”.

O caminho que percorreremos passa pela mobilização de um conjunto de conceitos já há muito estabelecidos, como o de memória coletiva (HALBWACHS, 1990), o de lugares de memória (NORA, 1993), o de disputas e silenciamentos de memória (POLLAK, 1989). Procuremos articulá-los, compondo a partir deles uma possível definição conceitual para memória urbana ou da cidade. Serão três as etapas principais para tanto: o entendimento da memória em sua dimensão coletiva, a compreensão do papel do espaço e dos lugares de memória, e a passagem conceitual do conceito de lugares de memória para o de memória de lugares.

Ressalte-se que não há, com isso, a pretensão de abordar toda a literatura do campo de relações entre memória e cidade. A intenção é mais modesta: propor um possível caminho de conceituação, sem prejuízo de outros que também possam ser construídos com outras vertentes de análise. O caminho aqui apontado certamente não é o único, e sempre haverá contrapontos possíveis e visões alternativas a serem oferecidas.

#### 3.1. Antecedente teórico: a dimensão coletiva da memória

A palavra memória tem um leque relativamente amplo de significados. Etimologicamente, ela se origina do grego *mnemis* e do latim *memoria*, termos cujo sentido está associado à ideia de conservação. Assim, nas definições mais tradicionais, que em geral encabeçam os verbetes dos dicionários de língua, memória é a capacidade humana de arquivar ou conservar informações adquiridas no passado (sejam referentes a fatos, ideias, sensações, impressões, conhecimentos) para recuperação e uso no futuro. Nessa acepção, comum também na biologia e nas neurociências, memória é uma capacidade ou faculdade que diz respeito a indivíduos: alguns têm maior capacidade de memorizar que outros, alguns perdem-na ao longo da vida por uma variedade de razões etc.

---

<sup>2</sup> *Collective impression*, no original.



Já a ideia de uma memória coletiva ou social, que ultrapassa o indivíduo, é mais recente: seu conceito se desenvolveu no século XX, sobretudo a partir do trabalho de Maurice Halbwachs. Sem negar a existência daquela dimensão individual, o autor propõe que a criação ou construção de memórias é uma atividade eminentemente coletiva, pois toda lembrança individual é condicionada por um marco social. Aquilo que é recordado, armazenado na memória do indivíduo, resulta de um horizonte de interpretação sociocultural, de um processo colaborativo entre esse indivíduo e seus grupos de afinidade e de convivência no cotidiano. Neste sentido, para Halbwachs (1990), o indivíduo nunca age só quando seleciona aquilo que será lembrado, configurando-se assim um processo pelo qual toda recordação individual está socialmente inscrita. Tampouco age só na medida em que o conteúdo das lembranças está sujeito a um processo intersubjetivo de colaboração pelo testemunho mútuo, a ponto de a extinção de um indivíduo ou da sua capacidade individual de recordar não acarretar a perda de sua memória, o que dependerá do enfraquecimento ou desaparecimento do grupo social. Assim, para Halbwachs, não é propriamente o indivíduo quem lembra, mas é o coletivo quem o faz por meio dos indivíduos, ainda que o exercício da memória pareça (e tenha sido até então considerado) uma atividade intimista ou individual.

Halbwachs foi o primeiro a propor a existência de uma memória coletiva (COLACRAI, 2010), e seu conceito apresentou lacunas não totalmente resolvidas, que suscitaram discussão crítica ao longo das décadas seguintes, com contribuições como as de Paul Ricoeur (2005), Joël Candau (2011), entre outras.

Candau (2011), a fim de avançar na distinção entre formas individuais e coletivas de memória, propõe uma decomposição do conceito de memória em três níveis. A “memória de baixo nível”, ou “protomemória”, corresponde a uma memória de tipo procedural, gravada no corpo a partir do hábito e da repetição, que se expressa em práticas cotidianas e em gestos automáticos. Graças à protomemória, “andamos de bicicleta sem cair ou saudamos uma pessoa que encontramos na rua adotando uma gestualidade incorporada, da qual nem nos damos conta” (CANDAU, 2011, p. 23). A “memória de alto nível” (ou “memória propriamente dita”), é, por sua vez, a capacidade de manter e mobilizar lembranças, sejam elas provenientes de vivências autobiográficas ou de saberes enciclopédicos. Esta memória, que pode manifestar-se de maneira voluntária ou involuntária, é constituída também por esquecimento (já que nem tudo consegue ser guardado nela) e pode beneficiar-se de extensões artificiais, ou suportes de memória. O terceiro nível é a “metamemória”, que corresponde à representação que cada indivíduo faz das suas próprias lembranças, e ao que ele diz sobre elas: trata-se aqui de uma memória reivindicada, enunciada. Para Candau, os dois primeiros níveis são consequências diretas da capacidade de memorização do indivíduo, e somente a metamemória, por ser seu caráter de enunciação, é compartilhada no plano intersubjetivo, tendo assim estatuto de memória coletiva, passível de produção a partir de lembranças compartilhadas coletivamente.

Já Ricoeur (2005) expande a discussão sobre a atribuição da memória para além da polaridade simples entre os planos individual e coletivo. Em coerência com Halbwachs, o autor considera que no ato de recordar o indivíduo tem “acesso a acontecimentos reconstruídos para nós por outros que não nós” (RICOEUR, 2005, p. 131). Ele propõe, porém, que essa relação se dá em dois planos diferentes: o dos “outros”, isto é, da coletividade mais ampla, e o dos “próximos”, que são as “pessoas que contam para nós e para as quais contamos” (RICOEUR, 2005, p. 141). O grupo familiar, os amigos e demais grupos de convivência mais estreita no cotidiano são exemplos do que pode constituir os próximos, situados em um nível intermediário entre o plano do indivíduo e o da coletividade. Como sintetiza D’Alessandris, entre o indivíduo e o grupo ou coletividade, “há uma dimensão de proximidade compartilhada entre sujeitos, e só atravessando-a é que podemos conectar as memórias singulares às memórias plurais” (D’ALESSANDRIS, 2019, p. 58).

Seja como for, o reconhecimento por Halbwachs de mecanismos grupais ou coletivos na construção da memória – certamente debatidos e refinados por autores posteriores – também abriu caminho para



uma outra redefinição importante: a do caráter reconstutivo e presentista da memória. Na medida em que a memória é enunciada no interior de um contexto grupal ou social (seja ou não essa memória considerada metamemória, nos termos de Candau, e seja esse contexto dado por próximos ou por outros, nos de Ricoeur), ela é influenciada por valores e sistemas de referência vigentes no presente. E à medida que esses valores e sistemas se modifiquem, o passado elaborado pela memória também se modificará.

Ou, como expressa Baer:

O passado se atualiza desde o presente, e nele encontra seus princípios de seleção, descrição e interpretação. Passamos, portanto, de um modelo de memória como arquivo – em que o passado é inalterável – a um modelo de construção ativa em que o passado está sendo permanentemente modificado pelos valores, crenças e condicionantes do presente (BAER, 2010, p. 132).

### **3.2. A memória coletiva, seus suportes e o espaço: lugares de memória**

Uma discussão importante relacionada à memória coletiva diz respeito aos meios, ou suportes, que asseguram sua guarda e compartilhamento. Aleida Assmann (2006) e Jan Assmann (2016) introduziram, no conceito halbwachiano de memória coletiva, uma distinção entre o que chamaram de memória comunicativa e memória cultural. A memória comunicativa é aquela sustentada tão somente na recordação dos envolvidos e no testemunho oral, sendo transmitida pela interação no cotidiano. É dependente de portadores vivos, e por isso costuma ter menor duração (em geral de até três gerações, segundo os autores). A memória cultural, ao contrário, de maior duração, é salvaguardada em suportes mais estáveis, sejam eles imateriais (rituais, tradições, recitações, festas etc.) ou materiais (artefatos, objetos, arquivos, museus, monumentos etc.), e com isto tem maior durabilidade. Muitos dos suportes materiais da memória cultural são topograficamente referenciados (caso dos monumentos, por exemplo), o que indica um importante papel do espaço como base ou apoio para a memória cultural.

O próprio Halbwachs, embora dispense mais atenção à transmissão de tipo comunicativo e não desenvolva uma discussão a respeito de suportes da memória, ainda assim reconhece o papel do espaço na sua construção e transmissão. Para o autor,

[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço [...] que devemos voltar nossa atenção: é sobre ele que nosso pensamento deve se fiar para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 141).

Admitida nesses termos por Halbwachs e contemplada por Aleida e Jan Assmann como uma das formas de memória cultural, a ancoragem espacial da memória encontrará em Pierre Nora (1993) uma maior elaboração teórica. Nora amplia a discussão a respeito da relação da memória coletiva com os lugares, cunhando o conceito de “lugar de memória”.

Para este autor, a modernidade acarretou o fim das coletividades que “habitavam” a sua própria memória coletiva, isto é, que asseguravam no seu modo ritualizado de viver o contato com o passado e a transmissão ou manutenção de memória, valores e tradições. Se nessas antigas coletividades o modo de viver era uma repetição, em que o passado era carregado vivo ao ser reproduzido, a “aceleração da história” trazida pelo crescimento industrial, pela urbanização e pela modernidade



rompeu essa continuidade entre passado e presente. Relegado ao registro frio e desritualizado da História, o passado passou a demandar operações não naturais para continuar funcionando como elemento constituinte de identidade. Daí surge a noção de lugares de memória, entendidos como aqueles lugares em que a memória, antes carregada viva, agora se refugia artificialmente a fim de ser buscada ou cultivada.

“Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. [...] Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez”, diz Nora (1993, p. 8). A desritualização da vida trazida pela modernidade representa o desaparecimento dos meios (*milieux*) de memória que caracterizavam as sociedades tradicionais, e torna necessário o recurso aos lugares (*lieux*) de memória para manter vivos os vínculos de identidade. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas” (NORA, 1993, p. 13), entre outras operações não naturais.

Os lugares de memória, segundo a definição de Nora, constituem-se pela reunião de três dimensões: uma dimensão material, uma vez que eles se oferecem à experiência sensível (podem ser apreendidos por meio dos sentidos); uma dimensão funcional, porque desempenham a função (exclusiva ou não) de alicerçar memória coletiva; e uma simbólica, uma vez que são objeto de um ritual por meio do qual a memória coletiva se expressa e se mantém viva, presentificando o passado. As três dimensões coexistem sempre, ainda que em graus diversos. A noção é flexível o suficiente para incluir não apenas lugares entendidos no sentido físico ou topográfico, como edifícios, monumentos, museus, logradouros, placas comemorativas, mas também uma variedade de outros itens que também se oferecem à experiência sensorial e se prestam funcional e simbolicamente à rememoração: objetos, comemorações, festas, emblemas, hinos e símbolos nacionais, toponímia etc.

Lugares de memória são, portanto, lugares, corpóreos ou não, onde a memória de uma coletividade se cristaliza e se refugia; que se prestam, por meio de sua “aura simbólica” (NORA, 1993, p. 21) a uma relação de ritualidade com o passado, de modo a manter viva a memória e identidade coletivas e bloquear o esquecimento. Longe de serem naturais, eles são uma construção histórica de caráter compensatório: são criados como resultado de uma “vontade de memória”, próteses de uma memória não mais vivida espontaneamente no cotidiano.

Por meio dos lugares de memória, grupos sociais se identificam e se reconhecem, alimentando sentimento de identidade. O interesse de Nora ao desenvolver esse conceito era direcionado especificamente a discutir o papel desses lugares na representação coletiva da identidade nacional francesa, mas o conceito teve grande repercussão e foi rapidamente “assimilado por outras latitudes acadêmicas e geográficas” (NEVES, 2004, p. 17). Como descreve Huyssen (1994), em um mundo em rápida transformação, marcado pela saturação midiática e pela sobrecarga de informações conducentes a uma “cultura da amnésia”, os humanos têm buscado cada vez mais instituir ou construir lugares que lhes possam proporcionar alguma sensação de ancoragem temporal. O conceito cunhado por Nora veio a calhar para compreender tal movimento.

E em meio a esse mesmo fenômeno tem-se desenvolvido a ideia do território urbano como um sistema ou coleção de lugares de memória, objeto do item seguinte.

### **3.3. Dos lugares da memória à memória dos lugares: enfim um conceito de memória da cidade**

Se Halbwachs, como vimos, reconhece a importância do espaço como suporte de memórias coletivas, Aldo Rossi (1982), conforme já comentado, se refere especificamente ao espaço urbano: “Ampliando a tese de Halbwachs, direi que a cidade mesma é a memória coletiva dos povos; e, como a memória está ligada a fatos e lugares, a cidade é o lócus da memória coletiva” (ROSSI, 1982, p. 226). No contexto histórico do pós-Segunda Guerra, em que muitas cidades europeias alteravam suas





paisagens investindo em projetos de renovação urbana de influência modernista, Rossi argumentava em favor da importância da preservação de edificações antigas. Na medida em que servem de quadro espacial para a memória, conservar edifícios e outras velhas estruturas físicas da cidade corresponde a conservar memórias coletivas que neles encontram guarida, ou suporte.

Em sintonia com Rossi, também para Crimson “o modernismo arquitetônico frequentemente parece apagar memórias da cidade” (CRIMSON, 2005, p. i). E Boyer (1998) desenvolve a discussão: “A arquitetura e os lugares da cidade [...] dão forma particular às nossas memórias; eles são os códigos mnemônicos que despertam a lembrança” (BOYER, 1998, p. 322). Embora nem Boyer, Rossi ou tampouco Crimson referenciem explicitamente o conceito de lugar de memória, não é difícil perceber que algo próximo à ideia de Nora está subjacente. Determinados edifícios ou monumentos da cidade, ao funcionarem como “códigos mnemônicos”, operam as três dimensões de que Nora fala: são lugares materiais (por se oferecerem à experiência sensorial e, neste caso, também por serem lugares na acepção topográfica); funcionais, pois têm entre as suas funções a de alicerçar memórias; e simbólicos, na medida em que por meio deles somos capazes de presentificar alegoricamente o passado. É desta forma, em última análise, que, como expressa Boyer em outro trecho, “a memória de uma cidade se desenvolve a partir dos seus monumentos e artefatos (BOYER, 1998, p. 174).

A historiadora brasileira Sandra Pesavento (2007) é mais uma autora que faz alusão à ideia, referindo-se aos múltiplos “pontos de ancoragem de memória”, presentes na paisagem urbana. Desta vez, a associação com o conceito de Nora é explícita:

Todos nós, que vivemos em cidades, temos nelas pontos de ancoragem da memória: lugares em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiares ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só têm sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado. [...] Mais do que espaços, ou seja, extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriados pelo social. Mas, sobretudo, são lugares, dotados de carga simbólica que os diferencia e identifica. E, se tais sentidos estão referidos no passado, fazendo evocar ações, personagens e tramas que se realizaram em um tempo já escoado, eles são lugares de memória, como aponta Pierre Nora, ou ainda espaços que contêm um tempo, como assinala Paul Ricoeur (PESAVENTO, 2007, n.p.).

A menção de Pesavento a Ricoeur e a “espaços que contêm um tempo” pode ser compreendida a partir do já mencionado papel atribuído por esse autor aos “próximos” na atribuição de memória coletiva. A experiência de mundo compartilhada com os próximos “repousa na comunidade tanto de tempo como de espaço”, diz Ricoeur (2005, p. 140), e “a memória coletiva pode, assim, ser descrita como a capacidade de reconhecer, por meio da atribuição recíproca, as lembranças que se inscrevem nos *espaços temporais* compartilhados com nossos próximos e, através destes últimos, com os outros” (D’ALESSANDRI, 2019, p. 59, grifo nosso). Dito de outra forma, a memória coletiva construída em relação com os próximos tem relação com os espaços em que se dá ou se deu a proximidade – afinal, nos termos de Ricoeur, “toda história de vida ocorre em um espaço de vida” (RICOEUR, 2021, p. 155).

Pesavento mostra ainda como a relação entre o espaço urbano e a memória coletiva se dá em diferentes escalas. Entre os pontos de ancoragem de memória nele existentes, há os que ecoam vivências particulares, mais próximas da escala individual: todo habitante da cidade tem os lugares de memória que lhe são significativos para evocar as suas lembranças – a casa e a rua da infância, por exemplo – em um processo semelhante àquele pelo qual o protagonista de *Em Busca do Tempo Perdido*, de Marcel Proust, revive o passado a partir das pedras do calçamento em que pisou quando



jovem. Mas há sobretudo os de natureza mais englobante, que são carregados de memórias comuns a toda a coletividade, em geral como resultado de políticas públicas e mecanismos de indução: “podemos ter sido induzidos, educados e ensinados a identificar lugares de uma cidade, partilhando das mesmas referências de sentido, em um processo de vivência do imaginário urbano coletivo” (PESAVENTO, 2007, n.p.). Estes últimos, entre os quais se encontram o monumento, o museu e a toponímia urbana oficial, por exemplo, carregam uma narrativa sobre o passado institucionalizada, carregada de oficialidade, que funciona como padrão de referência para a coletividade que habita o território urbano. “Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como o é dessa comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade” (PESAVENTO, 2007, n.p.).

A mesma autora, em outro texto (PESAVENTO, 2004), chamando a atenção aos pontos de ancoragem ou lugares de memória presentes na cidade, toma a imagem do palimpsesto como metáfora para o território urbano. Termo de origem grega, o palimpsesto é um pergaminho do qual uma primeira escritura foi raspada, para dar lugar a uma nova. O apagamento, porém, nunca é perfeito, de modo que o novo texto é escrito sobre vestígios do anterior. Cidades podem ser lidas como palimpsestos, pois também resultam da sobreposição de sucessivos “textos”, nunca totalmente apagados<sup>3</sup>. Na cidade “há um tempo que se escoou mas que deixou vestígios que podem ser recuperados” (PESAVENTO, 2004, p. 26), e esta recuperação exige do observador da cidade um “olhar arguto que é capaz de ver o que não se impõe à visão” (p. 25) – ao menos à visão superficial, apressada.

O “olhar arguto” a que se refere Pesavento bem pode ser o do historiador, como propõe a autora, mas também pertence aos muitos habitantes da cidade que, mesmo enredados no cotidiano, estão atentos ao espaço urbano e aos símbolos ali estabelecidos. Aqui vale a pena lembrarmos do *flâneur*, figura surgida na obra do poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867), que a ambienta na Paris do século XIX, e dotada de interesse teórico por Walter Benjamin (2007). A figura do *flâneur* é apresentada por Benjamin como um modelo do espectador urbano moderno: a cidade é um texto a ser decifrado, e o *flâneur*, em seus deslocamentos e observações do cotidiano, é seu leitor arguto. Assim como o “caminhante” descrito por Michel de Certeau (1998), o *flâneur* experiencia o território urbano a partir de baixo e do interior da multidão, isto é, do ângulo de visão dos praticantes comuns da cidade (nisso diferencia-se do *voyeur também* descrito por Certeau, cujo olhar sobre a cidade é do alto, panorâmico e totalizante). Mas, embora envolto pela multidão urbana, o *flâneur* é capaz de diferenciar-se desta última, alcançando percepções da cidade que vão além da visão limitada do caminhante comum. Ele tem sobre o espaço urbano um olhar clínico; exercendo verdadeira “botânica do asfalto” (BENJAMIN, 2007, p. 417), descobre a vida e os símbolos ali presentes. Isto inclui a capacidade de ver as marcas do passado, os lugares que o evocam ou que, numa relação proustiana, ajudam o passado a manter-se presente.

No entanto, é mais um autor brasileiro, Maurício de Almeida Abreu, quem pensa de modo mais explícito a relação entre estes pontos de ancoragem ou lugares de memória dispostos em dado lugar (ou cidade) e a ideia de memória desse lugar. Para Abreu, os termos memória urbana e memória da cidade “dizem respeito não à capacidade de lembrar de indivíduos ou grupos, mas ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade” (ABREU, 1998, p. 17-18).

Para Abreu, a cidade contém em seu território uma coleção de lugares de memória (no sentido de Nora, 1993), ou pontos de ancoragem de memória (se quisermos usar expressão mais genérica), na forma de edificações, monumentos, instituições e demais estruturas e registros herdados de outros

<sup>3</sup> A metáfora do palimpsesto também é empregada pelo arquiteto Benedito Lima de Toledo, em uma conhecida passagem de sua análise sobre a transformação da cidade de São Paulo: “A cidade de São Paulo é um palimpsesto – um imenso pergaminho cuja escrita é raspada de tempos em tempos, para receber outra nova, de qualidade literária inferior, no geral” (TOLEDO, 1983, p. 67).



tempos, que presentificam o passado quando apropriados pelos indivíduos e grupos que com eles se identificam. A memória da cidade pode ser definida então como o conjunto, ou somatório, das diferentes memórias coletivas que são evocadas ou mantidas vivas por meio dessa coleção de lugares<sup>4</sup>.

Tais lugares são parte do espaço em que se desenrola a vida cotidiana, e ao mesmo tempo suporte material em que memórias coletivas se referenciam ou encontram suporte. Nos termos de Dieterle (2003), existe “um conjunto de processos memoriais que acontecem nas cidades, que são desencadeados por aquilo que nos acena nas cidades” (DIETERLE, 2003, p. 10). “Aquilo que nos acena” são lugares de memória presentes no território, cuja perda ou destruição – quer em decorrência do arrasamento provocado no século XX por guerras, em diferentes cidades do mundo, como descreve Khoury (1995), ou de padrões de crescimento urbano desfigurador, como em São Paulo e outras grandes cidades brasileiras (ABREU, 1998; TOLEDO, 1983), “tem não só aberto buracos na memória de seus cidadãos, mas também erguido uma barreira entre o indivíduo e seu ambiente físico” (KHOURY, 1995, p. 142).

Em síntese, a partir do exposto, poderíamos conceituar a memória da cidade como o estoque de lembranças ou memórias coletivas, de diferentes grupos, que têm suporte na coleção de pontos de ancoragem de memória (ou lugares de memória) que está disposta na paisagem urbana.

#### **4. Problematizando o conceito: caráter conflitivo e silenciador da memória da cidade**

Assim alcançada uma possível definição conceitual para memória da cidade, cabe problematizá-la. Como é comum ocorrer a toda memória coletiva, a memória da cidade assim definida pode ser viesada ou influenciada por relações de poder, e ter natureza opressora.

Michael Pollak (1989) é um dos principais autores a questionar as conceitualizações segundo as quais a memória coletiva se elabora a partir da coesão social, em comunidades de pertença e grupos de afinidade. Sem negar esse mecanismo, Pollak chama a atenção para situações marcadas pela presença de conflitos e disputas na elaboração do passado, e ressalta o caráter uniformizador e silenciador muitas vezes envolvido no processo de construção de memória coletiva. Refere-se em particular à memória nacional, “uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (POLLAK 1989, p. 8), a qual acaba por impor-se sobre as memórias de classes subalternizadas ou de grupos minorizados. Estas últimas acabam constituindo-se no que Pollak chama de “memórias subterrâneas”. Por não se alinharem com a imagem do passado construída pela sociedade majoritária e pelo Estado, são transmitidas em redes restritas de sociabilidade afetiva e/ou política, sem poderem se expressar no espaço público.

A memória da cidade não está isenta desses mecanismos de homogeneização e silenciamento. Abreu (1998) faz alusão a isto, ao dizer que a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas; ao contrário, é palco de inúmeras vivências, dos variados grupos que nela coexistem e que têm diferentes capacidades de inscrever registros estáveis na forma de lugares ou pontos de ancoragem de memória. “As classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes”, diz Abreu (1998, p.

---

<sup>4</sup> Abreu (1998) aponta uma diferença, que não ressaltamos aqui, entre a ideia de uma memória urbana (do urbano ou das cidades em geral) e a de uma memória da cidade (de uma cidade em específico). Embora cientes da distinção feita por esse autor, para os efeitos deste trabalho tratamos as duas expressões como equivalentes. A definição que apresentamos aqui procura ser coerente com o que Abreu chama de “memória da cidade”, Crimson (2005) de “*urban memory*”, Pesavento (2007) de “memória do urbano”, Khoury (1995) de “*memory of the city*”, e Dieterle (2003) de “*mémoire des villes*”.



15). Assim, a memória da cidade, ao ser ancorada em uma coleção de lugares de memória e demais estruturas de ancoragem que por sua vez são resultado de relações de poder, é fatalmente uma memória seletiva ou elitista. “É impossível recuperar a memória de uma cidade, se isto quer dizer a totalidade das memórias coletivas que tiveram aquela cidade como referencial” (ABREU, 1998, p. 15).

Desta forma, estudar a memória da cidade não envolve apenas constatar quais são os pontos ou lugares da memória em que ela se expressa. É preciso problematizar o modo como estes suportes espaciais se instituíram, e as relações de poder das quais resultaram. É preciso, igualmente, identificar vozes dissonantes, lembranças anônimas ou menos visíveis – enfim, as memórias que Pollak (1989) chama de subterrâneas – via de regra ausentes da memória da cidade institucionalizada em sua coleção viesada de lugares de memória. Voltamos aqui à memória comunicativa, que ganha importância para recuperar parte dessas memórias que escapam à memória da cidade, essa memória inscrita na coleção de lugares de memória instituída no espaço urbano.

Caímos, no entanto, em dificuldades como as apontadas por Ecléa Bosi, para quem a oralidade, embora importante na transmissão e manutenção dessas memórias não-hegemônicas e menos institucionalizadas, de outro lado encontra justamente no meio urbano dificuldades crescentes para subsistir. A memória da cidade tem, enfim, um caráter conflitivo e silenciador que é difícil de superar:

O meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças que já se dispersaram. Daí a importância da coletividade no suporte da memória. Quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos: fica-nos a história oficial (BOSI, 2003, p. 70).

## **5. Memória da cidade na sociedade digital: conceito em mutação? (Considerações finais)**

Nas seções precedentes, procuramos tecer e em seguida problematizar um possível conceito de memória urbana ou da cidade. Assim articulado o conceito, cabe observarmos que os principais autores mobilizados para tanto – Halbwachs, Nora, Ricoeur, Pollak, Abreu, Pesavento, Bosi – são homens e mulheres do século XX que produziram fundamentalmente na era pré-digital. Ainda que vários deles tenham chegado a testemunhar o processo atual de digitalização da sociedade (Maurício Abreu viveu e produziu até 2011, Sandra Pesavento até 2009, Ecléa Bosi até 2017, Paul Ricoeur até 2005, Pierre Nora ainda vive), isso não aparece necessariamente refletido na forma como pensaram as relações entre lugares, proximidade, cidade e memória. Como consequência, o conceito de memória da cidade, tal como o vimos construindo a partir desses autores, faz referência primordialmente a modalidades de rememoração ancoradas no espaço convencional, não no virtual.

Não se trata de afirmar que esses autores tenham ignorado o potencial oferecido pelas novas tecnologias de comunicação e informação para as condições de rememoração coletiva. Maurício Abreu, por exemplo, reconhecia que “os avanços espetaculares ocorridos recentemente nas técnicas de armazenamento de informações [...] garantem a guarda de inúmeras informações num mínimo de espaço” (ABREU, 1998, p. 24), e que, com isso, “os computadores são novos e importantes ‘lugares de memória’” (p. 24, grifo no original). Mas o autor não chegou a explorar as práticas concretas de rememoração coletiva sobre a cidade ancoradas nesses novos lugares de memória, ou se preferirmos, em espaços informacionais de interação propiciados pelo meio virtual.

Os efeitos da era computacional sobre as formas de interação e pensamento humano já vêm sendo debatidos há algum tempo. Para Pierre Lévy (1993), as novas “tecnologias da inteligência” amplificam o potencial intelectual da humanidade, ao habilitarem novos espaços de produção de conhecimento com base na comunicação em rede e na colaboração. Inevitavelmente, estas novas formas de pensar



e de construir conhecimento trazem novidades para as práticas de rememoração. Para Huyssen (2002), por exemplo, a digitalização afetou a maneira como apreendemos o passado, tornando-o menos efêmero e mais musealizado. Os novos meios tecnológicos têm, segundo o autor, a propriedade de produzir “pretéritos presentes”: o passado, mesmo já transcorrido, continua facilmente acessível à visitação. Neste cenário, com efeito é válido pensar em “novos lugares de memória”: o ciberespaço<sup>5</sup> preserva midiaticizados e oferece à experiência sensorial inúmeros objetos do passado que podem cumprir esse papel.

Válidas para construção e transmissão de memória coletiva ou social de maneira geral, estas considerações não parecem ter razão para não se aplicar também à memória da cidade. A coleção de lugares de memória que ancora a memória da cidade pode expandir-se no espaço informacional. Um conjunto de exemplos aparece em Jayo e Vargas (2019), que listam, como “ciberlugares” de memória urbana: (i) os ambientes imersivos que permitem visitar e deslocar-se pela cidade em suas configurações passadas (a exemplo da ferramenta *Google Street View*), tornando legíveis com grande detalhe as escrituras anteriores do palimpsesto urbano; (ii) aplicações de tecnologias de georreferenciamento que facilitam a navegação interativa por plantas históricas e imagens antigas da cidade (a exemplo das hoje disponíveis, no caso da cidade de São Paulo, no portal público GeoSampa, entre outras); e, com maior destaque, (iii) os espaços de rememoração surgidos na web 2.0, aí incluídos blogs, sites e iniciativas “memorialistas” em redes sociais virtuais, dedicados ao compartilhamento e intercâmbio de imagens, documentos, testemunhos pessoais e outros materiais que digam respeito ao passado das cidades. Haveria aqui, inclusive, uma possível nova forma de sustentação de memórias por parte daqueles que, como vimos em Bosi (2003, p. 70), o meio físico afasta e “já não se visitam” no espaço físico da cidade.

Por outro lado, esta nova relação com a temporalidade também acarreta novas modalidades de riscos à memória, como os derivados da superabundância de informação. Candau (2011, p. 111) fala em uma “iconorreia contemporânea”, que pode produzir confusão e esquecimento justamente pelo excesso de informação. Bastante discutida no debate acadêmico recente sobre memória coletiva – é análoga ao que Paul Connerton (2008) chama de “esquecimento como anulação”, e coerente com o “esquecimento-omissão” de que fala Johann Michel (2010) – esta limitação ainda merece ser examinada no que toca especificamente ao que conceituamos aqui como memória da cidade. Como esperar que os novos ciberlugares da memória urbana cumpram sua função de proporcionar ancoragem, se eles próprios podem ser objetos da saturação midiática?

É esse, enfim, o estado da arte em que, poderíamos dizer, se situa a discussão sobre memória urbana ou da cidade. Se este tipo de memória, tal como pudemos conceituá-lo nas seções anteriores, diz respeito a um conjunto de lembranças coletivas que se produzem ancoradas em uma coleção de lugares ou espaços de memória disposta no território urbano, ainda cabe discutir mais especificamente de que forma a produção dessa memória é potencializada, de um lado, e limitada, de outro, quando a coleção se expande rumo à midiaticização e à virtualidade. Eis um caminho de expansão, ou de mutação, para um conceito que como visto é jovem e está ainda em construção.

---

<sup>5</sup> Ciberespaço: termo cuja origem é atribuída ao escritor norte-americano William Gibson, que o empregou em seu romance de ciência-ficção *Neuromancer* (1984). Refere-se ao espaço virtual de interação humana constituído nas comunicações por redes de computação.



## Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Território*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, 1998, p. 5-26.
- ASSMANN, Aleida. Memory, individual and collective. In: GOODIN, R. E.; TILLY, C. (Ed.). *The Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 210-224.
- ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. *História Oral*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, 2016, p. 115-128.
- BAER, Alejandro. La memoria social: breve guía para perplejos. In: SUCASAS, A.; ZAMORA, J. A. (Org.). *Memoria - política - justicia: en diálogo con Reyes Mate*. Madrid: Editorial Trotta, 2010, p. 131-148.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios em psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOYER, M. Christine. *The city of collective memories: its historical imagery and architectural entertainments*. Cambridge: The MIT Press, 1998.
- CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COLACRAI, Pablo. Releyendo a Maurice Halbwachs: una revisión del concepto de memoria colectiva. *La Trama de la Comunicación*, Rosario (Argentina), vol. 14, 2010, p. 63-73.
- CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting. *Memory Studies*, Newbury Park, vol. 1, n. 1, 2008, p. 59-71. <https://doi.org/10.1177/1750698007083889>.
- CRIMSON, Mark. Urban memory - an introduction. In: CRIMSON, M. (Ed.). *Urban memory: history and amnesia in the modern city*. London: Routledge, 2005, p. xi-xx.
- D'ALESSANDRIS, Francesca. La durée dans la dureté: espaces de la mémoire et mémoires de l'espace chez Paul Ricœur. *Études Ricœuriennes / Ricœur Studies*, Pittsburgh, Vol.10, n. 1, 2019, p. 58-72. <https://doi.org/10.5195/errs.2019.439>
- DIETERLE, Bernard. Ruines et chantiers de la mémoire. In: CLAVARON, Y.; DIETERLE, B. *La mémoire des villes*. Sait-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2003, p. 7-11.
- GIBSON, William. *Neuromancer*. New York: Ace Science Books, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HUYSSSEN, Andreas. Pretéritos presentes: medios, política, amnesia. In: HUYSSSEN, A. *En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- HUYSSSEN, Andreas. *Twiling memories: marking time in a culture of amnesia*. New York: Routledge, 1994.
- JAYO, Martin; VARGAS, Diego Vasconcellos. A memória das cidades na sociedade digital: reflexões para São Paulo e o exemplo de 'Quando a cidade era mais gentil'. *Confins*, Paris, v. 39, 2019. <https://doi.org/10.4000/confins.18551>



- KHOURY, Elias. The memory of the city. *Grand Street*, New York, v. 54, 1995, p. 137-142.  
<https://doi.org/10.2307/25007930>
- LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LOURENÇO, Nelson. Globalização e glocalização: o difícil diálogo entre o global e o local. *Mulemba*, Luanda, vol. 4. n. 8, 2014. <https://doi.org/10.4000/mulemba.203>
- MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? *Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 3, 2010, p. 14-26.
- NEVES, Margarida de Souza. História, memória e memorialística. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, v. 11, n. 11, 2004, p. 11-24.
- NORA, Pierre. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, 1993, p.7-28.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, 2007. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.3212>
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. *Esboços*, Florianópolis, vol. 11 n.11, 2004, p. 25-30.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- PY, Fernando. Prefácio. In: PROUST, M. *Em busca do tempo perdido*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- RICOEUR, Paul. Arquitetura e narratividade. *Geograficidade*, Niterói, vol. 11, n. especial, 2021, p. 151-160.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- RINGAS, Dimitrios; CHRISTOPOULOU, Eleni; STEFANIDAKIS, Michail. CLIO: blending the collective memory with the urban landscape. *Proceedings of the 10th International Conference on Mobile and Ubiquitous Multimedia*, Beijing, 2011, p. 185-194.
- ROBERTSON, Roland. *Globalização: teoria social e cultura global*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- ROSSI, Aldo. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1982.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo, Duas Cidades, 1983.
- WALDMAN-MITNICK, Gilda. La 'cultura de la memoria': problemas y reflexiones. *Política y cultura*, México, v. 2, n. 26, 2006, p. 11-34.
- WANG, Fang. *Beijing urban memory: historic buildings and historic areas, central axes and city walls*. New York: Springer, 2006. <https://doi.org/10.1007/978-981-10-0678-4>



## Martin Jayo

Professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), onde atua no curso de bacharelado em Gestão de Políticas Públicas, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais e no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. É doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (2010), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2005) e bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (1992).

**Como citar:** JAYO, M. (2022). Memória da cidade, de buzzword a conceito em mutação. *Paranoá*, (33), 1–16. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.17>

**Editores responsáveis:** Viviane Ceballos, Regina Oliveira e Maria Fernanda Derntl.